



# É TEMPO DE RUPTURAS

Em entrevista ao *JE*, o economista e professor Nildo Ouriques faz uma avaliação da situação política e econômica da América Latina, chamando a atenção para os novos desafios da região. “Devemos estar atentos, estudar nossa situação e nossa história e não temer rupturas, porque o tempo agora é delas”, diz. Pág. 7

**O desafio de construir um novo poder, por Fabio Konder Comparato**

Pág. 3

**Economistas analisam relatório sobre responsabilidade social corporativa**

Pág. 10

## EDITORIAL

## De rupturas e de um novo poder

O desafio de reformar o Estado brasileiro, construindo um novo tipo de poder, sem a onipotência do Executivo, é um dos focos desta edição, em que o *JE* traz um resumo do que foi a palestra do professor e jurista Fabio Konder Comparato. Ele abriu a série de debates “Pensando o Brasil”, promovida por várias entidades e movimentos sociais, entre os quais, o Centro de Estudos para o Desenvolvimento, criado pela ação conjunta do Corecon-RJ e do Sindicato dos Economistas do Rio.

Não é de hoje a proeminência do poder Executivo no sistema político de nosso país. “A organização política brasileira sempre teve como traço dominante a hegemonia do poder governamental”, destacou Comparato, lembrando da crítica feita desde Joaquim Nabuco à “onipotência do poder Executivo”.

Por sua vez, a eleição de Evo Morales, na Bolívia, acentuou os novos traços da política na América do Sul. Os últimos acontecimentos

neste país vizinho, parecem ter acordado de vez a América Latina de um adormecimento que há décadas mantêm os países da região sob o domínio de políticas econômicas que empobrecem as nações e submetem as sociedades aos interesses dos grandes grupos transnacionais. Grupos habituados a explorar nossas riquezas, atrofiando continuamente nossa soberania.

Em razão dessa nova conjuntura no continente, o *JE* foi ouvir o professor e coordenador do Observatório Latino-Americano, Nildo Ouriques. “De maneira geral”, disse ele, “podemos observar que há uma retomada da iniciativa política por parte dos povos, que se manifesta na valorização do programa nacional-popular”.

A combinação das análises e propostas de Konder Comparato e de Nildo Ouriques constituem a espinha dorsal desta edição. Esperamos que ofereça uma boa leitura e uma contribuição à reflexão sobre o momento político que vive a América Latina. ■

## Sumário

- Página 3** CED Especial – O desafio de construir um novo poder
- Página 7** Entrevista – América Latina: uma revolução em curso?
- Página 10** Especial – Responsabilidade Social Corporativa  
– Relatório do ABN é pouco detalhado



- Página 15** FPO – Município credor ou devedor?

- Página 16** Um seminário para pensar o Brasil

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30min, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos  
**economistas**

Órgão Oficial do  
**CORECON - RJ E SINDECON - RJ**  
ISSN 1519-7387

**Conselho Editorial:** Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rafael Vieira da Silva, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello.

**Editor:** Nilo Sérgio Gomes

**Reportagem:** Rebecca Ramos

**Ilustração:** Aliedo

**Caricaturista:** Cássio Loredano

**Diagramação e Finalização:**

Rossana Henriques (21) 2462-4885

**Fotolito e Impressão:** Tipológica

**Tiragem:** 13.000 exemplares

**Periodicidade:** Mensal

Correio eletrônico: imprensa@corecon-rj.org.br

*As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.*

**CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ**

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar  
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900  
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22  
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br  
internet: http://www.corecon-rj.org.br

**Presidente:** João Paulo de Almeida Magalhães - **Vice-presidente:** Paulo Sérgio Souto - **Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2005/07): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães - 2º terço (2003/05): Gilberto Caputo Santos, Antônio Melki Júnior, Paulo Sérgio Souto - 3º terço (2004/06): Carlos Henrique Tibiriça Miranda, José Antônio Lutterbach Soares, Renata Leite Pinho Nascimento **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005/07): Arthur Camara Cardozo, Carlos Eduardo Frickmann Young, Regina Lúcia Gadioli dos Santos. 2º terço (2003/05): Antônio Augusto de, Albuquerque Costa, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira - 3º terço (2004/06): Ângela Maria de Lemos Gelli, Jorge Oliveira Camargo, Rogério da Silva Rocha

**SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ**

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609  
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000  
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192  
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

**Coordenador Geral:** Sidney Pascounto da Rocha. **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascounto da Rocha. **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares. **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sérgio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza. **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa. **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriça Miranda e Wellington Leonardo da Silva. **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos. **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz. **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha. **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

CED ESPECIAL: PENSANDO O BRASIL Fábio Konder Comparato\*

# O desafio de construir um novo poder

Várias entidades da sociedade civil, entre as quais, o Centro Estudos para o Desenvolvimento, através do Corecon-RJ e do Sindicato dos Economistas do Rio, se uniram para promover uma série de debates que, semanalmente, vem ocupando o auditório da ABI, às quintas-feiras, a partir das 18h30. O primeiro conferencista desta série foi o professor e jurista Fábio Konder Comparato. Publicamos a seguir uma edição resumida de sua palestra. A íntegra da conferência poderá ser lida no portal dos economistas na internet: [www.economistas.org.br](http://www.economistas.org.br).

O problema brasileiro é, antes de tudo, político. Duas imagens apresentadas pelos pensadores gregos nos esclarecem sobre a essência do que é a política. A primeira é a de comando de um povo em marcha para determinado objetivo. A segunda é a pilotagem da sociedade, entendida como um conjunto de pessoas embarcadas para uma viagem de longo curso. É por isso que sempre usam essa imagem dizendo que aquele que está com o leme do barco político (ou o piloto) deve avançar para um rumo determinado.

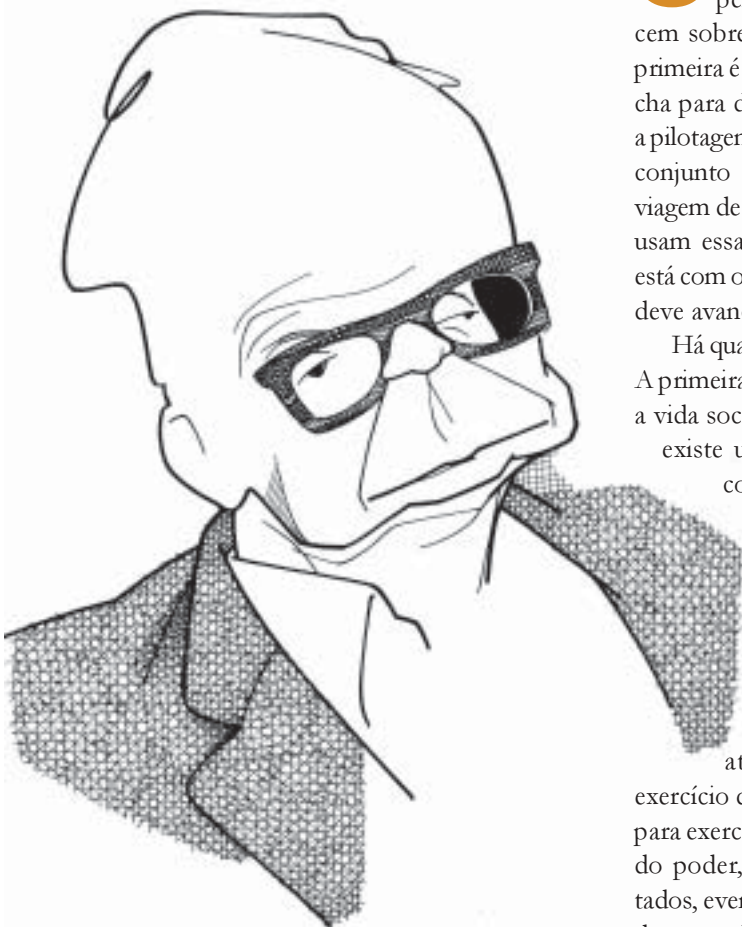
Há quatro conseqüências dessa afirmação. A primeira delas é que a política organiza toda a vida social, notadamente a economia. Não existe uma economia pura, desligada do conjunto das relações sociais. Isso é uma ficção de conseqüências terrivelmente maléficas para todos os povos. Por sua vez, sem a organização de um poder político não há atividade econômica que possa ser desenvolvida. A segunda conseqüência é que a política é uma atividade intimamente ligada ao exercício do poder. Ou nós nos organizamos para exercer uma pressão sobre os detentores do poder, ou continuaremos sendo respeitados, eventualmente cortejados, mas sempre desprezados. A terceira é que a atividade política é um processo. E o que é processo? É um movimento para frente. A atividade

política supõe sempre um projeto; isto é, um esforço coordenado para alcançar determinado objetivo. A vida, aliás, é sempre uma tensão para o futuro.

O Brasil, há um quarto de século, pelo menos, navega sem rumo no oceano agitado da globalização. Tem um ditado popular que diz, com razão, que “marinheiro sem rumo, nem vento ajuda”. Nós continuamos sem projeto nacional, como já disse o economista João Paulo de Almeida Magalhães. Celso Furtado com aquela economia de palavras, que era a sua marca registrada, dizia no último livro que publicou que a globalização opera em benefício dos que comandam a vanguarda tecnológica e exploram os desníveis de desenvolvimento entre países. Ele assinalava o fato que a transnacionalização das empresas e o predomínio do capitalismo financeiro acarretam a atrofia das funções estatais. É como se houvesse um processo de paralisia progressiva do funcionamento cerebral. E temos fartos e contundentes exemplos no Brasil.

## A atrofia do Estado...

O primeiro deles é o de que várias funções estatais passaram a ser delegadas a entidades autônomas, irresponsáveis, que não têm nenhuma ligação com o mecanismo democrático, e que não respondem senão a si próprias. Todas essas agências criadas no governo FHC são reproduções das que existem nos EUA. Não é preciso grande esforço de pesquisa para saber onde o ex-presidente foi buscar esse modelo. A principal dessas entidades, que é o Banco Central, já é independente há vários anos. Eu ousou dizer que só há um agente público absolutamente estável no panorama estatal brasileiro: é o presidente do BC. É por isso que as investigações eventuais no Ministério da Fazenda são inócuas. É exatamente por isso que as classes dirigentes do país e as grandes potências da globalização estão absolutamente tranqüilas. O Estado já não define a política monetária como um meio, mas como um fim em si mesmo.



As finanças são uma atividade meio de um Estado, mas no Brasil a política monetária é um fim em si mesmo. Para que ela serve, então? Não se sabe muito bem. Tudo faz crer que o Estado perdeu os controles, abandonou a política cambial ao mercado. E temos essa moeda, a mais valorizada do mundo, nos últimos dois anos. Em terceiro lugar, o Estado submete inteiramente a sua política orçamentária às injunções dos credores da dívida pública. João Paulo aludiu ao fato de que não há praticamente políticas orçamentárias; tudo depende da necessidade de se honrar o serviço da dívida. Ora, o crescimento da dívida pública brasileira é espantoso. Quando o presidente Fernando Henrique Cardoso iniciou o seu mandato, tínhamos R\$ 60 bilhões de dívida. Ao encerrar o seu período de oito anos, tínhamos acrescentado mais um zero: R\$ 600 bilhões. No dia 31 de dezembro de 2005, com o presidente Lula, o crescimento para R\$ 1 trilhão.

Por que isso? Porque apesar de todo o esforço no sentido de se poupar dinheiro para o pagamento do serviço da dívida, nós só atingimos, quando muito, a metade desse compromisso. A outra metade se acresce ao capital e os banqueiros sabem disso muito bem. Ora, com que dinheiro honramos pela metade o serviço da dívida? Pelos impostos. Quem sofre as conseqüências mais profundas dessa arrecadação? É fundamentalmente o povo mais pobre: 70% dos nossos impostos são regressivos, indiretos, de modo que quem tem menos, paga mais; quem tem mais, paga menos. Esse serviço de juros é a maior política de transferência de renda dos pobres para os ricos que esse país já conheceu. Mas isso não escandaliza mais ninguém porque já estamos calejados. A última conseqüência: o imediatismo mercantil. Como não temos projetos, como não olhamos para o futuro, o que é bom é momentâneo. O presidente Lula deu início à campanha para mostrar que chegamos à auto-suficiência, em matéria de petróleo. Mas no governo ninguém olha para o futuro, essa riqueza energética é exaurível, está com os dias contados. E nós estamos vendendo, exportando petróleo.

### ... e a onipotência do Executivo

A organização política brasileira sempre teve como traço dominante a hegemonia do poder governamental. Um só entendimento e um só poder. E Joaquim Nabuco, alguns



Em um sistema político que submete a chefia do Estado de um governo a eleições periódicas, com limitação de mandato, nesse sistema político é impossível a realização de projetos de desenvolvimento nacional

séculos depois, reafirmou e, aliás, foi o único momento em que ele ousou criticar o seu pai, que em nossa política o traço dominante é a onipotência do poder Executivo. Isso significa que o presidente da República é o único agente estatal que tem a iniciativa e o encargo exclusivo de conduzir as políticas públicas. E o Estado contemporâneo se legitima, antes de tudo, pela qualidade e oportunidade das políticas públicas que desenvolve. Ele não se legitima apenas pelo fato de que há uma separação de poderes e que o Executivo não legisla e o Legislativo não administra.

Todos nós sabemos que isto foi por água abaixo, porque até mesmo o orçamento que classicamente foi a grande afirmação do parlamento acabou sendo não só produzido pelo Executivo, executado pelo Executivo e aprovado pelo Executivo, através de Medida Provisória. O poder estatal aparece em uma imagem terrível, como dependurado e nunca, como diz a boa engenharia, assentado em sólidas bases. Basta que esta cúpula apresente algum defeito, ou seja, o presidente se revele fraco, corrupto ou incompetente para que haja uma ameaça de ruína. Tudo depende,

portanto, das características pessoais daquele que ocupa a chefia do Estado.

Ora, na América Latina, a tradicional alternativa histórica é autoritarismo ou então submissão ao poder empresarial, militar ou a combinação de ambos. O presidente da República oficialmente tem a hegemonia; na realidade, ele acaba obedecendo ao poder empresarial e militar. Estou, por acaso, dizendo alguma inverdade patente? Será que não podemos olhar um pouco os jornais nas últimas semanas e verificar até que ponto um comandante do Exército que, aliás, até derrubara o ministro da Defesa, se dá ao luxo de se dizer acima da lei e alterar o funcionamento do tráfego aéreo.

Em um sistema político que submete a chefia do Estado de um governo a eleições periódicas, com limitação de mandato, nesse sistema político é impossível a realização de projetos de desenvolvimento nacional. Em um mandato de quatro anos só há alguma liberdade de iniciativa nos dois primeiros anos; a segunda metade do mandato presidencial é sempre dominada pela perspectiva eleitoral. Ora, um projeto de desenvolvimento é sempre de longo prazo, não existe a menor possibilidade de se organizar o futuro do país em um espaço de tempo de dois anos. Sem contar o fato de que se não for o mesmo presidente que vai exercer o mandato sucessivo, nada daquilo que foi decidido antes vai ser continuado.

### Qual República?

Daí a necessária reconstrução do Estado, segundo um novo projeto arquitetônico. Quais são as linhas-mestras deste projeto? No meu entender são duas: o princípio republicano e o princípio democrático. A República e a Democracia se traduzem por princípios e por instituições. Qual o princípio de uma República? Não é aquilo que a civilização burguesa e o sistema capitalista nos fizeram acreditar. A República é uma forma de Governo em que o chefe de Estado é escolhido periodicamente, ele não nasce como um chefe de Estado. Nós fizemos um plebiscito cinco anos após a vigência da Constituição e foi nossa escolha uma forma de governo, em que o chefe de Estado é eleito.

A verdadeira República, os romanos nos mostraram claramente, é um regime onde o bem comum do povo está sempre acima de interesses particulares, de famílias, classes,

grupos religiosos, sindicatos e, até mesmo, entidades estatais, pois muitas e muitas vezes uma entidade estatal pode atuar contra o bem comum do povo, para escapar de alguma situação difícil, constrangedora, notadamente em seu aspecto financeiro. E quais são as instituições de aplicação desse princípio republicano? Aliás, “*res publica*” em latim significa exatamente isso: bem do povo. O adjetivo “público” em latim significa “o que é do povo”. Quais são as instituições de um regime republicano?

Eu as classifico em três espécies: em primeiro lugar, há certos bens que não podem de forma alguma ser apropriados por particulares. A riqueza energética é um bem que não pode pertencer a nenhum particular, sobretudo, não pode pertencer aos estrangeiros. Os recursos energéticos representam um bem do povo e, mais do que isso, um bem da Nação, que é permanente, o povo se sucede. As florestas, de forma alguma se pode admitir a apropriação delas, seja de uma forma direta de propriedade, seja de forma indireta de arrendamento. E vou mais além: as terras, sobretudo em um país que nunca conseguiu fazer a elevação da população rural ao nível de cidadã em plena categoria – não podem ser submetidas ao sistema de apropriação. É preciso ter mais criatividade jurídica. E falo com toda liberdade, que os juristas desse país são de uma pobreza imaginativa extraordinária. No direito romano havia, por exemplo, o direito de uso que era um direito real. Esse direito não era legado aos sucessores, e tudo dependia do exercício efetivo da função: “fulano está exercendo a atividade agrícola? Então, ele continua com seu direito respeitado”.

Além disso, tem os serviços públicos que, como o próprio nome indica, são serviço ao povo. É absolutamente incompatível com o serviço público a exploração de acordo com diretrizes de empresas privadas. Porque na empresa capitalista pode existir, legitimamente, setores que não são aqueles que devem ser prestados, serviço ao povo. E o que nós tivemos a partir dos anos 90? Essa coisa extraordinária: bens que pertenciam à Nação foram privatizados sem consulta ao povo, sem decisão do povo. Transformaram serviços públicos em doações empresariais.

Os meios de comunicação de massa – e estou falando na sede de uma instituição prestigiosa, que grande serviço prestou à

A verdadeira instituição democrática é o *recall*: o povo elege, o povo destitui. O povo errou ao eleger, ele pode destituir

nossa República, que é a ABI – (me refiro à televisão e à rádio) usam um espaço público que pertence ao povo. Ora, é uma aberração que esse serviço de comunicação, debate, de crítica, utilizando um espaço público, seja feito em detrimento do povo, dos interesses do povo. De alguma forma nós precisamos encontrar uma solução que evite, de um lado, a “estatização” e, por outro lado, o privativo explorador. Mas será possível que não tenhamos a capacidade para encontrar uma solução jurídica justa e que dê essa medida equânime de regulação das coisas?

#### O poder do povo...

E democracia o que é? Um princípio, em geral, mal expresso. Nós lembramos sempre do discurso famoso de Lincoln: “governo do povo, pelo povo e para o povo”. Isto é uma tradução errada do que é democracia, em grande parte por uma transliteração semântica. “*Government*”, para os anglo-saxões é muito mais que governo. A verdade é crua para se dizer que o povo não pode e não deve governar porque o governo é uma atividade específica, em tempo integral, que exige grande competência técnica; e nenhum de nós pode exercer essa atividade e ao mesmo tempo as nossas ocupações particulares.

O que é então o poder do povo? É um poder de controle no sentido da grande empresa capitalista. O que faz um controlador? Ele pode se quiser se divertir exercendo alguma função administrativa, mas o grande controlador, a empresa multinacional, aliás, os controladores das empresas multinacionais não são pessoas físicas e sim jurídicas, não têm nada a ver com a parte administrativa. Em primeiro lugar eles fixam as grandes diretrizes empresariais. Depois eles contratam os administradores e fiscalizam e responsabilizam os administradores. Vamos aí sim dizer que “tudo bem, vamos seguir o modelo capitalista”. Esses que estão aí, o poder Executivo, o Legislativo e até o poder Judi-

ciário, no Ministério Público, estão administrando o bem comum do povo.

Eles devem obedecer, em primeiro lugar, as grandes diretrizes que o povo pede porque a nação não pode ficar dependendo de três ou quatro pessoas como aconteceu, por exemplo, quando o presidente Ernesto Geisel resolveu decidir, a portas fechadas, sobre a nossa política energética, adotando a alternativa atômica. Havia apenas três ou quatro pessoas participando dessa decisão, que pode empenhar o futuro da nação. O poder de controle é, portanto, em primeiro lugar, poder de fixar as grandes diretrizes para a ação governamental. Em segundo lugar é um poder de eleger, mas de destituir aqueles que foram eleitos. Se o povo elege, ele também pode destituir. Não pode deixar essa coisa de *impeachment*, que é uma arma totalmente oculta pelas forças políticas que estão no primeiro plano, no Congresso Nacional, e que, aliás, procuram tirar o guizo do pescoço do gato com a mão do vizinho.

A verdadeira instituição democrática é o *recall*: o povo elege, o povo destitui. O povo errou ao eleger, ele pode destituir. Ele pode errar ao destituir? Sem dúvida nenhuma, mas a decisão é dele, ele tem que arcar com as consequências da sua decisão e não o que sempre acontece que é pagar a conta das decisões erradas tomadas pelos outros. Ainda citando Celso Furtado “o ponto de partida do processo de reconstrução que temos que enfrentar deverá ser uma participação maior do povo no sistema de decisão”.

#### ...o povo no Poder

Então, como se vê, República e Democracia estão intimamente unidas porque se o povo tem o poder de controle, não é para fazer qualquer coisa e sim trabalhar em benefício do bem comum e do interesse nacional. Aliás, a democracia é o único regime político em que o poder é sempre limitado. Até mesmo o povo soberano não tem poderes ilimitados, ele deve começar por obedecer a Constituição. Claro que essa obediência é legítima quando a Constituição foi aprovada por ele, o que nunca aconteceu com a história do Brasil. Mas infelizmente ou felizmente nós podemos agora, pelo menos, propor essa medida a ser adotada nesse país. São essas as instituições que concretizam a democracia. Não apenas as eleições, mas também a

O artigo 17 da Constituição diz que todo partido deve ter um caráter nacional. Não é possível que seja um caráter nacional a falta de caráter!

revogação popular de mandatos.

Como é que o povo decide ou fixa as grandes diretrizes da ação governamental? Pelo plebiscito e pelo referendo. Por que razão a nossa Constituição que já foi remendada mais de 50 vezes, em nenhum momento teve a aprovação do povo? Porque o povo é considerado incapaz. O mais adiantado dos nossos diz que é para proteger o povo. Ou seja, o que se quer é sempre um tutor para o povo, pois, infelizmente, esse incapaz, esse menor, jamais atinge a puberdade, jamais se torna capaz. Além disso, a iniciativa popular. Dizem que a iniciativa pertence ao presidente da República. Que tal, desde o mais modesto

município, dar ao povo essa visão de futuro? E daí há o orçamento participativo. Por que razão o povo não pode discutir e decidir a aplicação dos recursos que são tirados deles próprios?

Enfim, além da República e da Democracia, uma outra diretriz ou linha-mestra dessa reconstrução do Estado brasileiro é a reorganização dos órgãos estatais em função do poder mais importante na vida política, que é o poder de previsão e planejamento. Ainda uma vez Celso Furtado: “o desenvolvimento gerado endogenamente requer criatividade no plano político”. Ela consiste em pensar um novo poder na arquitetura estatal, que é o poder de previsão e planejamento. É aquele que só se preocupa com o longo prazo.

Quais são as duas coisas das eleições? É justamente elaborar os grandes planos plurianuais para usar os investimentos e os orçamentos para os programas. E qual é a função do Executivo nesse quadro? É exatamente de executar. O Ministério do Planejamento deveria ser autônomo e participativo. É tão difícil imaginar um órgão do Estado que tenha

colaboração ativa das forças vivas da sociedade, não apenas aquelas que trabalham com a produção e distribuição de bens, mas também daqueles setores importantes da sociedade e que são desprivilegiados, desfavorecidos.

Precisamos trazer à mesa de debates, negociações e decisões a grande maioria do povo brasileiro, composta de gente cada vez mais atingida pelo neoliberalismo, que não tem trabalho, não tem direito ao trabalho e, evidentemente, nem pode pensar em ter mais direitos sociais, educação, habitação, saúde, segurança, moradia, proteção... O

que dizer do movimento negro, que agora, felizmente, depois de séculos começa a se organizar, a exigir respeito? O que dizer do movimento indígena? Ele saiu da condição de incapaz e agora quer ter voz ativa.

Quero terminar dizendo que existe hoje um fato no poder, que é a falência do sistema partidário. Todo o mecanismo político foi organizado em torno de partidos políticos. Para que alguém seja eleito no Brasil, tem de pertencer a um partido político. Os partidos são hoje o retrato das nossas características “macunaímas”. O artigo 17 da Constituição diz que todo partido deve ter um caráter nacional. Não é possível que seja um caráter nacional a falta de caráter! Eu soube hoje que um dos maiores latifundiários desse país, o governador do Mato Grosso, que tem registrado em cartório como propriedade pessoal mais de 100 mil hectares de terra, pertence a um partido político. Quer dizer, esse é um país “macunaíma”.

Esse sistema faliu e a minha preocupação terrível é de que maneira nós podemos engatar algum instrumento eficaz nessa máquina. Em política só se respeita quem tem poder e o povo brasileiro nunca teve poder, por isso nunca foi respeitado nem temido. Eu não estou propondo que se criem novos partidos, pois já temos mais de 30. O que me parece viável é que a partir dessas prestigiosas entidades que organizam esse ciclo de palestras, se comece a criar uma espécie de federação das entidades da sociedade civil como um grupo de pressão. Na ciência política o grupo de pressão difere do partido político. Ele pode ser um elemento de equilíbrio. Nos EUA, os grupos de pressão são até oficializados, e não quero chegar a esse extremo porque vira uma solução de cartório. Quando lançamos, na OAB, a campanha em defesa da República e da Democracia, desde o início pensamos que é preciso nos unirmos com as entidades que têm maior capilaridade nacional, como, por exemplo, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Não se trata de sermos ou não católicos, e sim de reconhecer uma realidade.

É isso que eu queria propor a todos. Não há uma solução imediata, mas eu acho que seremos capazes com um pouco de esforço e raciocínio encontrar uma solução. No fundo só nos resta esperar e concluir com o velho e caloroso brado “Viva o povo brasileiro”. ■

Shiatsu terapia  
Auriculoterapia

- Dores musculares e articulares (lombar, cervical, ciatalgia, etc.)
- Insônia ● Ansiedade ● Depressão
- Constipação ● Obesidade ● Gastrite
- Dor de cabeça ● Enxaqueca ● Alergias
- Distúrbios menstruais ● Hipertensão arterial
- Problemas circulatórios e cardíacos
- Problemas respiratórios
- Problemas renais

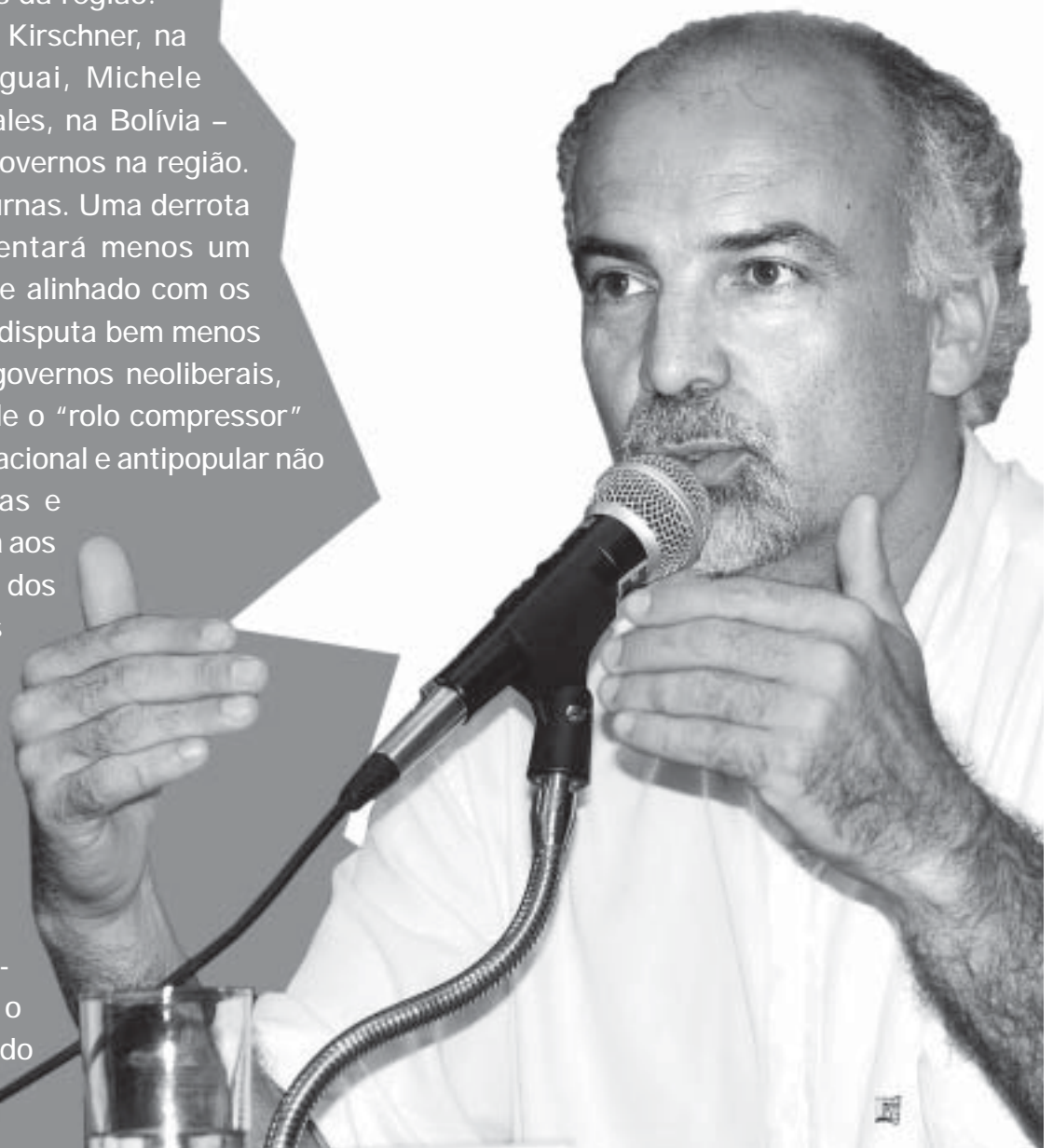
Gabriela Freudenreich  
AV. N.S. DE COPACABANA, 704 / 704  
COPA TRADE CENTER  
TEL. (21) 3473-3474 / 8236-1383

Desconto de 25% para economistas registrados

# América Latina

## Uma revolução em curso?

Desde os anos 60 que a América Latina não era revolvida tão intensamente por uma onda renovadora e de cunho popular. Essa onda vem se mostrando capaz de abalar os "podres poderes" das elites e oligarquias regionais, sócias submissas do grande capital internacional, conquistando governos e instituindo novas práticas governamentais que têm por base os interesses populares e a mudança estrutural das condições sociais, políticas, econômicas, culturais da região. Chávez, na Venezuela, Lula, no Brasil, Kirchner, na Argentina, Tabaré Vasquez, no Uruguai, Michele Bachelet, no Chile, e, agora, Evo Morales, na Bolívia – esta é a radiografia política atual dos governos na região. Dentro de dois meses o México vai às urnas. Uma derrota do candidato de Vicente Fox representará menos um território político do ideário neoliberal e alinhado com os EUA na região, tornando possível uma disputa bem menos desigual das que foram travadas em governos neoliberais, como os de FHC, Menem e outros, onde o "rolo compressor" da hegemonia liberal, privatizante, antinacional e antipopular não permitiu campo para as mais mínimas e elementares conquistas de sobrevivência aos conceitos de Nação, soberania e posse dos recursos estratégicos. No Brasil, as urnas vão ser abertas no final da tarde de primeiro de outubro próximo. Seja no México ou no Brasil, que rumos o eleitorado latino-americano estará escolhendo nas urnas? É uma questão e tanto, considerando que são praticamente cinco séculos de dominação da região por interesses alienígenas, estrangeiros. Para discuti-la o *JE* foi ouvir o professor Nildo Ouriques, da UFSC e do Observatório Latino-Americano.



## ENTREVISTA

**Jornal dos Economistas** – *As eleições de Evo Morales, na Bolívia, Michele Bachelet, no Chile, e, antes, de Tabaré Vasquez, no Uruguai, oferecem novos sinais de rumos da América Latina, em especial, da América do Sul, considerando a força do presidente da Venezuela, Hugo Chavez, e os papéis de Lula, no Brasil, e Kirchner, na Argentina. Em sua opinião, que sinais são esses e o que está em curso na América Latina?*

**Nildo Ouriques** – Estamos diante de uma nova situação política, mas há diferenças substanciais em cada país. O Brasil, por exemplo, é neste momento o país mais atrasado em relação às mudanças que estão em curso no continente. De maneira geral, podemos observar que há uma retomada da iniciativa política por parte dos povos, que se manifesta na valorização do programa nacional-popular. A direita chama de “populismo”, mas este, como sabemos, é um conceito ambíguo. Os cientistas políticos e a grande imprensa quando não sabem explicar um fenômeno ou quando pretendem atacar a avanço popular, recorrem ao termo. Contudo, esta operação ideológica já não pode esconder o fundamental: o nacionalismo pode ser uma forma revolucionária na América Latina. Por outro lado, esta onda nacionalista é uma resposta a modernização capitalista aplicada nas duas últimas décadas, que não conseguiu cumprir as expectativas que despertou em amplas maiorias. Segundo o dado conservador da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), 60% dos latinos são pobres ou indigentes. Ora, a modernização capitalista ainda em curso não prometia o oposto? As maiorias não acreditam mais na antiga promessa e querem, agora, com cada vez mais radicalidade, o seu quinhão neste processo. Portanto, o nacionalismo atual sofrerá uma radicalização política no próximo período.

**JE** – *Em outros momentos da história, a América Latina já foi sacudida pelos ventos de mudança, que não se efetivaram – o que diferencia o hoje do ontem, neste sentido?*

**Nildo Ouriques** – Ventos de mudança sempre existem e, portanto, a história não tem fim. Os vencedores da década de 80 estão perdendo espaço, neste início de século. As diferenças são muito grandes em relação a outras épocas, especialmente quando comparamos com a década de 60. Neste momento, temos muitos desafios, mas dois são particularmente importantes: o primeiro é que os trabalhadores necessitam estudar história, a tarefa intelectual

mais importante; o segundo, que necessitamos fundar uma nova práxis política porque o fracasso do PT como projeto de mudança afundou também aquela prática que lhe deu vida. Não se trata somente de fundar um novo partido, mas de fundar uma nova práxis política. Isso está ocorrendo no seu sindicato?

**JE** – *No Chile, o que muda com a nova presidente, que é do mesmo partido do anterior, Ricardo Lagos? O Chile tende a se manter como um dos principais aliados dos Estados Unidos?*

**Nildo Ouriques** – Os Estados Unidos sempre buscam aliados. Neste momento estão mudando sua política para a América Latina, pois o fracasso da política exterior de Washington, com a tentativa de golpe na Venezuela, e a vitória de Evo Morales, na Bolívia, revelou que apenas a tentativa golpista não serve. Eles, obviamente, não descartam o golpe, as tentativas de assassinar os presidentes populares, mas agora acrescentam novas funções, como podemos ver na atuação do embaixador estadunidense em Caracas. Publicamente, ele parece um pombinho. Sobre o Chile, eu diria que não se trata apenas da nova presidenta, pois sobre as botas de Pinochet, amplamente apoiado por Estados Unidos, as classes dominantes conseguiram formar um sistema que é perfeito para a



A perplexidade inicial, mais cedo ou mais tarde abrirá espaços para a nova práxis política

dominação política. Eles chamam o sistema de “democrático”, mas o que dizer de um processo eleitoral que não comporta verdadeiras escolhas? Afinal, como pode ser democrático um sistema em que todos defendem o mesmo programa econômico? Finalmente, não devemos desconsiderar o governo Lula como um grande e preferencial aliado dos Estados Unidos. A relação não poderia ser melhor para Washington, certamente.

**JE** – *E na Bolívia, o que pode acontecer com a vontade já expressa de boa parcela da burguesia em buscar a independência de Santa Cruz de la Sierra e formar um novo país, um novo Estado, independente do atual – a burguesia boliviana tem caífe para isso?*

**Nildo Ouriques** – Não se trata de separatismo. Os programas do FMI supõem concentração dos recursos fiscais na capital e o conseqüente empobrecimento de estados municípios. Isso também ocorre no Brasil e trata-se de um fenômeno que podemos verificar em todos os países. A crise permitiu a burguesia regional boliviana, já completamente convencida da possível vitória de Evo Morales, avançar uma fronteira para negociar com o futuro presidente. É a luta pelo excedente econômico e uma tentativa de chantagear o presidente Evo Morales. Mas é uma possibilidade remota. De todas formas, as classes populares deveriam aprender uma lição com esta atitude: o radicalismo político muitas vezes é uma virtude e talvez um dos grandes problemas da esquerda, que naufragou no Brasil e esta colapsando em outras partes, é sua intenção de parecer “responsável”. Ora, a elite quando vai à luta, não vacila em seus propósitos. Deveríamos aprender algo depois de tantas experiências.

**JE** – *O México terá eleições daqui a dois meses, com possibilidades de vitória do candidato de esquerda? As eleições podem alterar alguma coisa nas relações entre o México e os demais países da América Latina ou, de outra forma, entre o México e os Estados Unidos?*

**Nildo Ouriques** – O México se defronta com a possibilidade de Andrés Manuel Lopez Obrador chegar à presidência, mas também com a existência da “outra campanha”, encabeçada pelo Exército Zapatista. Uma valoriza o voto, a outra aposta na mobilização popular. Não são, necessariamente antagônicas, mas indicam algo fundamental: pelo voto nossos países não mudarão jamais! Contudo, é preciso acompanhar o processo. De todas



formas, um governo do PRD será importante porque não basta que eu saiba de suas imensas limitações, é preciso que o povo viva a experiência. É como no Brasil: alguém acredita que Lula e o PT podem mudar alguma coisa substancialmente? Nós que estamos super atentos à política já sabíamos da crise moral e da conversão programática, mas é muito melhor para a luta política que milhões experimentem a situação. A perplexidade inicial, mais cedo ou mais tarde abrirá espaços para a nova práxis política, sem dúvida. Afinal, por que deveríamos acreditar na versão de que estas figuras constituem nosso limite político? Não éramos nós que dizíamos aos conservadores que a história não acabou? Por que aceitar a “tese” de que Lula ou Lopez Obrador representam nosso horizonte utópico?

**JE** – *A Argentina vem sinalizando a volta de problemas como a inflação e a desvalorização da moeda nacional; a Bolívia com os desafios da reconstrução do país e a retomada do monopólio em áreas estratégicas. O Paraguai e Uruguai com suas dificuldades de economias fortemente controladas e dependentes de capitais externos e da exportação de produtos primários. Como avalia a viabilidade econômica da região?*

**Nildo Ouriques** – Os investidores estrangeiros não se assustam com nada! Desde Adam Smith, (1776), sabemos que exercem seu poder de chantagem. As elites locais é que alimentam o discurso sobre a importância do capital estrangeiro, quando sabemos que a América Latina se tornou uma exportadora líquida de capitais. O que precisamos é impedir a saída de capitais sob as múltiplas formas (remessas de lucros e dividendos, sub e super faturamento das empresas transnacionais, transferências ilegais de bilhões de dólares, como ocorreu no Brasil de FHC etc). Somente com a ruptura com a dependência poderemos pensar sobre a viabilidade econômica da região. A primeira ação seria a ruptura com a atual política econômica, equivocadamente denominada de “estabilidade econômica” e de “responsabilidade fiscal”. É um poço de instabilidade e o meio mais eficaz descoberto pelas elites de endividar o Estado, como revela a dívida pública interna brasileira, superior ao trilhão de reais. A segunda, derrotar a idéia de que uma “economia exportadora” pode ser uma alternativa desejável. Somente quando apoiada em um mercado interno de massas, ou seja, quando o consumo dos latino-americanos for privile-

giado, poderemos falar em futuro econômico para a região. O terceiro é estudar e levar a sério a proposta do presidente Hugo Chávez sobre a ALBA, a integração que nos favorece e derrota a ALCA. É preciso entender que a integração com os Estados Unidos nos mata, tanto quanto a idéia – especialmente forte no Brasil – de que podemos sair do buraco, sozinhos.

**JE** – *Nesta sua avaliação, há ainda, lugar para propostas como a Área de Livre Comércio? E o Mercosul, tende a se expandir e fortalecer ou este caminho não é mais trilhável? Como vê o assédio dos EUA aos países do Pacto Andino?*

**Nildo Ouriques** – Não há alternativa fora da integração latino-americana. E a forma concreta de integração em debate é a proposta da Venezuela, que avançou com Cuba e vai crescer mais com a Bolívia. Mas há boas iniciativas com a Argentina e os países do Caribe. No Brasil somente a ignorância e/ou a má fé ainda desconsidera esta proposta. Ora, veja o fracasso do Mercosul! Enquanto a integração for deixada nas mãos de um vendedor de frangos – o ministro Furlan – nada avançará. É preciso substituir o atual padrão das relações exteriores, que observa os países latino-americanos como “sócios comerciais” e não como países estratégicos na formação de um bloco regional de poder, baseada em uma economia integrada em projetos estratégicos. Veja a crise da Petrobrás na Bolívia. Até os russos estão propondo associação com o governo boliviano e a Petrobrás se comporta como uma multinacional, sem compromisso com a integração. Quanto aos Estados Unidos a posição é clara: avançar em acordos bilaterais. É tudo que a elite brasileira quer, para finalmente dizer que ela também irá assinar um acordo porque, afinal, todos os demais países já fizeram os seus. Ora, a alternativa é a ALBA, sem dúvida.

**JE** – *Alguns analistas têm destacado o papel do Governo Lula e do Brasil nesta nova situação da América Latina – qual o seu ponto de vista?*

**Nildo Ouriques** – Lula mantém a olímpica distância que a elite brasileira tem em relação à América Latina. Pouco importa suas viagens e suas declarações. Precisamos de atos e projetos de integração. Lula se afastou de Chávez durante muito tempo e somente voltou a se aproximar quando o boliviano derrotou o golpe de Estado preparado por

Washington e a popularidade do presidente venezuelano chegou ao povo da região. Ninguém é mais popular que Chávez na América Latina e, portanto, ninguém mais quer distância dele. Ademais, a opção econômica interna – seguir com o programa do PSDB e do FMI – impede o governo Lula de avançar na política exterior. Nunca entendi quando “analistas” dizem que a política externa é progressista enquanto a interna é conservadora. Trata-se de uma impossibilidade. Basta observar a intervenção no Haiti. Mas há tantos exemplos...

**JE** – *Uma mudança de governo, no Brasil, com a volta dos tucanos ou a eleição de um político populista, como Garotinho, pode alterar os rumos e a unidade já conquistada, neste momento, na América Latina?*

**Nildo Ouriques** – Não! O pêndulo latino-americano já se moveu para a esquerda e viveremos um tempo de grandes escolhas. É hora da ousadia, sem dúvida. Garotinho não é populista, é só mais uma carta da elite brasileira, assim como Lula atualmente cumpre bem estas funções. Ele, como Lula e Alckmin, defende o mesmo projeto econômico. Garotinho seria FMI com igreja. Lula é FMI com bolsa escola. Alckmin é FMI com TFP. Penso, inclusive o oposto: o Brasil, com a conversão do Lula, abriu o país para o radicalismo político que já verificamos em outros países. O PT e Lula impediam, na prática, qualquer possibilidade de radicalização política e, ao assumir o programa da classe dominante, desobstruíam o caminho para outras propostas. Teremos capacidade e inteligência para construí-las mais cedo do que tarde?

**JE** – *Com o fim do mandato de Chavez, em 2012, o que é possível enxergar nesse horizonte, que hoje nos parece distante? O que deve acontecer com a integração do continente e, em especial, é possível ver a Venezuela pós Chavez?*

**Nildo Ouriques** – É difícil prever o futuro, mas o pêndulo latino-americano se desloca para a esquerda. É uma hora americana, sem dúvida. É certo que o ritmo da Revolução Democrática Bolivariana definirá muitas possibilidades. Devemos estar atentos, estudar nossa situação e nossa história e não temer rupturas, porque o tempo agora é delas. ■

ESPECIAL Nélia Maria Diniz Mendes do Valle\*, Cassio Rother do Amaral Neto\* e Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho

## Responsabilidade Social Corporativa

# Relatório do ABN é pouco detalhado

O objetivo desse texto é abordar a discussão que ganha peso no âmbito da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), que é a passagem “da quantidade para a qualidade”. Nos últimos anos, muitas empresas aderiram a esse tipo de Responsabilidade, o que, conseqüentemente, levou a uma grande produção de relatórios de RSC. Mas esse salto quantitativo não foi acompanhado de uma melhora na qualidade desses relatórios. Essa nova realidade levou o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), junto com outras entidades, a fazer a premiação dos melhores Balanços Sociais, como forma, mesmo que limitada de tentar separar “o joio do trigo”, até porque não existe a prática de se fazer auditoria externa desses relatórios.



**D**entre as várias tentativas para definir o tema, consideramos a do Instituto Ethos, em sua publicação Indicadores de Responsabilidade Social (2000, p. 5-9), a que melhor atende aos anseios deste trabalho:

*Responsabilidade Social é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviços, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.*

*Existe, porém, divergências quanto à legitimidade da aplicação de recursos para o desenvolvimento de ações na área social. Para Milton Friedman, por exemplo, prêmio Nobel de Economia, a única responsabilidade de uma empresa é auferir lucro e aumentar o retorno de capital para os acionistas. Uma empresa é socialmente responsável ao gerar novos empregos, pagar salários justos e melhorar as condições de trabalho, além de contribuir para o bem estar público ao pagar seus impostos. A empresa que desvia seus recursos para ações sociais pode estar prejudicando sua competitividade. Essa polêmica foi recentemente retomada pela revista The Economist<sup>1</sup>, com posições similares às de Friedman.*

Segundo Garcia (2004), existem ainda aqueles que consideram a RSC como um disfarce, e não vêem nela mais que um recurso de propaganda ideológica, pois existiria uma

incompatibilidade entre negócios e altruísmo. Mas ele ressalta a necessidade de distinção entre ações de RSC e as relacionadas à filantropia. A RSC aparece como portadora de valores considerados mais consistentes e fomentadores de capital social. Ele destaca diferenças, por exemplo, quanto à motivação (mais humanista, na filantropia); participação (reativa, com ações isoladas na filantropia e pró-ativas e integradas na RS); público-alvo (demandante/doador na filantropia e parceria na RS); entre outras.

Tinoco (2001) relata que foi a França, em 1972, o primeiro país do mundo a ter uma lei que obrigava as empresas com mais de 300 funcionários a elaborarem e publicarem o Balanço Social. Tendo como seu principal objetivo informar ao público interessado a situação social na empresa, a evolução de pessoal e o resultado de sua conduta; enfim, divulgar as performances da empresa no campo social.

### Primeiros passos

O marco inicial desse processo de difusão da RS ocorreu em 1960, quando foi constituída a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), com sede em São Paulo, iniciando assim uma discussão sobre responsabilidade social entre os dirigentes das empresas. Embora a idéia já motivasse discussões, apenas em 1977, de acordo com Sucupira (1999), a ADCE organizou o 2º Encontro Nacional de Dirigentes de Empresas, tendo como tema central o Balanço Social da Empresa. Em 1984, ocorre a publicação do primeiro Balanço Social de uma empresa brasileira: o da Nitrofértil.

A partir de 1993, várias empresas de diferentes setores passaram a divulgar seus Balanços Sociais, anualmente. Neste ano, Herbert de Souza (Betinho) e o Ibase lançaram a Campanha Nacional da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, com o apoio do Pensamento Nacional das Bases Empresariais, o que constitui o marco da aproximação dos empresários com as ações de cunho social.

Outro marco importante foi a fundação, em 1998, do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, pelo empresário Oded Grajew. É uma associação de empresas que discute meios de propagar a cidadania empresarial no país e, possivelmente, a

principal referência em RSC, no Brasil. Em 1997 o Centro Empresarial Brasileiro para Desenvolvimento Sustentável é fundado, como integrante da rede de conselhos vinculada ao *World Business Council for Sustainable Development*. e, em 2000, o lançamento do Guia Exame da Boa Cidadania Corporativa.

### Os bancos e a RSC

Por iniciativa de nove bancos globais surgem, em 2003, os **Princípios do Equador**, onde são apresentadas diretrizes para a concessão de crédito a partir de US\$ 50 milhões, obedecendo a critérios socioambientais, baseados em normas internacionais do *International Finance Corporation* (IFC). Esse é um marco importante e relativamente recente de RSC.

Em 1998, o banco holandês ABN, no Brasil desde 1917, adquiriu o Real. O movimento de integração teve início em 2001,

Os processos tradicionais de concessão de crédito e financiamento foram reestruturados, a partir da incorporação de princípios de desenvolvimento sustentável

quando começa o projeto que visava transformar a organização em um banco de valor. A mudança se inicia na própria instituição e continua no foco dos financiamentos, investimentos e relacionamentos. Em dezembro, foi criada a Diretoria Executiva de Responsabilidade Social, visando disseminar essa nova maneira de fazer negócios. Em julho de 2002, foram adotados critérios de riscos socioambientais na análise das empresas, contribuindo assim para obtenção de duas das Metas do Milênio<sup>2</sup>.

O programa “Financiamentos Socioambientais” para pessoas físicas e jurídicas teve início em 2002, abrindo crédito para projetos de recuperação ambiental ou desenvolvimento social, em diferentes níveis de atuação, com taxas de juros atraentes e prazos mais longos. Os processos tradicionais de concessão de

crédito e financiamento foram reestruturados, a partir da incorporação de princípios de desenvolvimento sustentável, embasados na política geral de riscos socioambientais, que avalia os impactos socioambientais das empresas tomadoras de crédito.

É possível concluir, com base nos números apresentados pelo relatório de sustentabilidade 2004, o crescente desempenho da instituição em relação à concessão de crédito socioambiental, que em valores percentuais, para empresas, obteve crescimento superior a 200%. Para pessoa física, os números são mais surpreendentes, acima dos 400%, como o volume de contratos para operações que impactem a emissão de gases poluentes, os quais quadruplicaram o volume de operações, sendo neste caso, justificado pelo crescimento significativo do mercado de gás natural e o aumento da conscientização sobre o produto.

O ABN criou os primeiros fundos de Investimento Socialmente Responsável, *Ethical*, acreditando na demanda da sociedade e em resposta a uma oportunidade de negócios, comprometida em incentivar a prática de um capitalismo cujo retorno financeiro esteja vinculado aos investimentos no campo socioambiental. O fundo é de renda variável, composto por ações de 27 empresas que, além do potencial retorno financeiro, têm o compromisso com a governança corporativa, meio ambiente e RSC. São excluídos automaticamente segmentos considerados negativos à sociedade, como fumo, álcool, armas, energia nuclear, jogo e pornografia.

O fundo teve crescimento substancial e a carteira dobrou, segundo dados da Associação dos Bancos de Investimentos (Anbid), embora ainda represente pouco no total dos recursos aplicados em renda variável (0,2%). Cabe mencionar que os dois fundos do ABN tiveram avaliação baixa na revista *Exame* – só uma estrela, no máximo de cinco. Aparentemente, o banco está encontrando dificuldade em conciliar rendimento e responsabilidade social, o que mereceria, no mínimo, uma explicação, em seu relatório.

Até junho de 2003, segundo os dados, havia 50 agências e seis prédios administrativos com o “Programa de Ecoeficiência”. O documento destaca nesse programa a utilização de papéis reciclados, com apoio dos fornecedores, uma iniciativa pioneira no uso em larga escala desse papel (extratos, publicidade

etc.) No primeiro semestre de 2005, 70% de todos os impressos utilizavam o reciclado.

Apesar da existência do programa de financiamento sócio-ambiental para conversão ao gás natural, o relatório não informa o motivo da não adaptação de seus veículos. Existe um aumento na frota, com manutenção dos veículos movidos à gasolina e maior aquisição dos bicombustíveis, em relação aos de diesel. Mas não há justificativa descrita para tal procedimento.

### Qualidade dos indicadores

No relatório há notas explicativas sobre como os indicadores foram calculados, mas nenhuma sobre o significado e importância dos indicadores. Parte-se, portanto, do pressuposto que eles seriam auto-explicativos para o leitor, o que não é verdade em muitos casos. Falta um anexo com a ficha metodológica de cada indicador.

### Econômicos

Esta seção está bastante completa, mas quatro problemas, por sinal, recorrentes, são evidentes: o não deflacionamento dos valores

de que a população mais se queixa dos bancos? Basta ler os jornais e ver que são juros altos e filas longas

monetários; a ausência de uma análise dos resultados que permita ao leitor entender o significado dos dados; a ausência de um parâmetro/valor de referência para avaliar as estatísticas; ausência de séries históricas<sup>3</sup>.

Ainda nessa seção somos informados que o índice de eficiência (despesas totais em relação à capacidade de geração de receita da atividade) aumentou de 55,8% para 58,1%. Aumentar eficiência, em princípio, é um bom resultado, mas esse aumento pode ser considerado grande ou pequeno? Não sabemos, pois não há série histórica nem um parâmetro de comparação.

### De Clientes

A primeira informação que nos é fornecida é que o número de clientes aumentou de 8,3 milhões para 9,2 milhões, o que a princípio, é algo positivo. Mas falta uma contextualização: o que isso representa em termos do total de clientes de bancos no Brasil?

São apresentados resultados (positivos) de uma pesquisa de satisfação com clientes, outra informação, a princípio, positiva. Nesse caso o que falta é detalhamento. Constatar que o cliente está satisfeito é importante, mas é pouco. Está satisfeito exatamente com o quê? Um resultado agregado esconde muito e uma desagregação dessa informação é imprescindível.

O mesmo comentário vale para as estatísticas de reclamações, solicitações e dúvidas e processos civis - ações indenizatórias. Os resultados são, a princípio, negativos, mas como a informação está muito agregada é difícil entender exatamente o que está acontecendo.

Os financiamentos, análise de risco e outras iniciativas da área socio-ambiental tiveram desempenho excepcional, o que provavelmente não irá se sustentar na mesma magni-

tude no futuro, pois, tratava-se de crescimento sobre uma base de comparação deprimida, porque banco só recentemente passou a investir nessa área. Deveria haver uma nota explicativa alertando o leitor para isso.

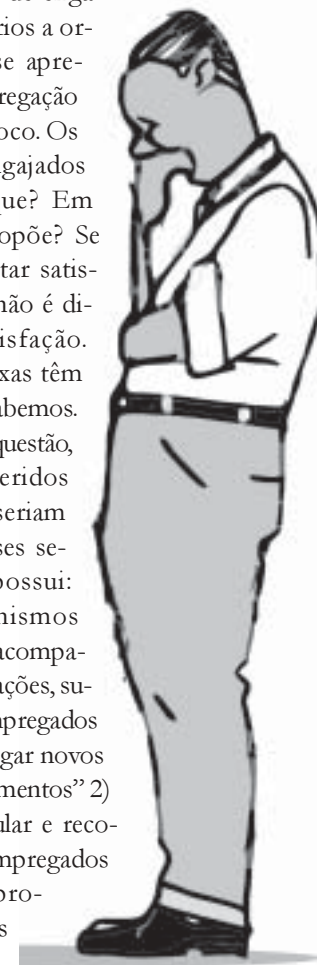
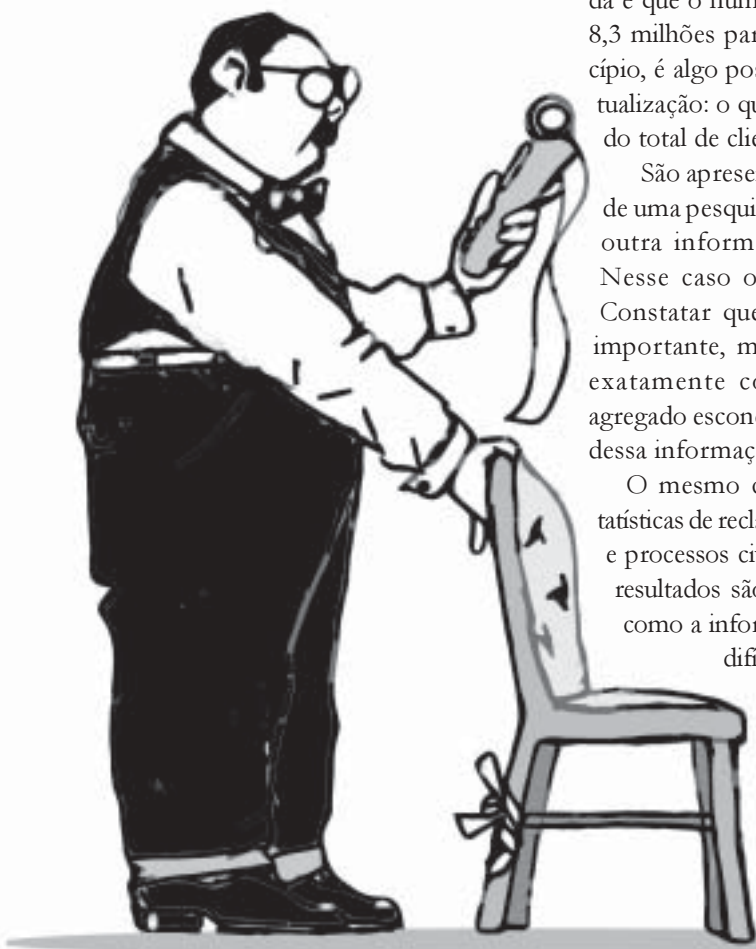
Quanto à análise do risco socioambiental, se o Banco é tão exigente porque tão poucos clientes são reprovados (11 em 2003 e 17 em 2004)? Seria o caso de um viés de seleção, pois as empresas poluidoras não estariam mais procurando o banco?

Por fim, de que a população mais se queixa dos bancos? Basta ler os jornais e ver que são juros altos e filas longas. O primeiro assunto é tratado de forma indireta quando são discutidas as linhas especiais de crédito, com relação às filas, sobre as quais já começa a existir legislação a respeito, nada é mencionado.

### Público Interno

Esse item é especialmente importante porque afinal o “exemplo vem de casa”. A responsabilidade social deve começar pelos funcionários da empresa. Esta seção se inicia com os resultados (positivos) de uma pesquisa sobre clima organizacional que procura medir o nível de engajamento dos funcionários a organização. De novo se apresenta o problema de agregação e agora também o de foco. Os funcionários estão engajados concretamente em que? Em tudo que o banco propõe? Se está engajado deve estar satisfeito, mas a pesquisa não é diretamente sobre satisfação. Deveria ser. Que queixas têm os funcionários? Não sabemos.

Para esclarecer esta questão, dois indicadores sugeridos pelo instituto Ethos seriam muito pertinentes. Esses seriam se a empresa possui: 1) “políticas e mecanismos formais para ouvir e acompanhar posturas, preocupações, sugestões e críticas dos empregados com o objetivo de agregar novos aprendizados e conhecimentos” 2) “programa para estimular e reconhecer sugestões dos empregados para a melhoria de processos internos” (Ethos 2004 p.21).



Em seguida, nos é apresentada uma tabela detalhada com o perfil dos funcionários segundo raça e cargo na empresa. Nela aparece a informação que 0,06% dos mesmos são indígenas. Isso é muito ou pouco?

Nessa tabela há uma das poucas metas do banco: a de que no mínimo 14% dos cargos de diretoria sejam de mulheres - em 2004 eram 12,5%. Não parece uma meta difícil, mas novamente não foi explicitado o critério para fixar seu valor. E por que uma meta só para mulheres?

As informações sobre faixa etária e tempo dos funcionários na empresa demonstram que a empresa é “jovem”: 42,1% dos funcionários, entre 20 e 29 anos, e 48,4% com até 5 anos na empresa, proporções que eram maiores em 2003. Esses índices são altos ou baixos em relação à média? Essas distribuições estariam escondendo discriminação contra pessoas “velhas”? Não temos respostas.

Seria apropriado se a empresa incorporasse nesse item o quesito do Ethos que trata desse tema: “a empresa tem política preferencial para contratação de indivíduos com

A taxa de rotatividade (*turn over*) aumentou, o número de estagiários diminuiu e também não é apresentada explicação para esse resultado

idade superior a 45 anos ou desempregado há mais de dois anos?”.

Em relação a acidentes de trabalho, chama atenção fato da empresa não ter nenhuma informação sobre acidentes de funcionários terceirizados. Por sinal, a empresa nem sabe ao certo quantos funcionários terceirizados tem, só estimativa.

A taxa de rotatividade (*turn over*) aumentou, o número de estagiários diminuiu e também não é apresentada explicação para esse resultado. A proporção de funcionários sindicalizados aumentou para 42,0%. É alto ou baixo, em relação à média dos grandes

banco? Em 2004, considerando apenas o banco, foram iniciadas 1.566 ações trabalhistas de ex-funcionários. Que tipo de ações? O tipo de ação diz muito sobre as condições de trabalho na empresa.

### Conclusões

O Banco ABN é líder no setor, em relação à RSC. Mas, paradoxalmente, é difícil avaliar-se muitos de seus resultados, apesar de ser seu relatório, possivelmente, o mais detalhado da área bancária.

Algumas falhas na apresentação de seus indicadores são: ausência de metas a serem atingidas; ausência de explicações sobre a evolução dos indicadores; a inexistência de parâmetros para se avaliar as estatísticas; pouco detalhamento das informações. Falta também um quadro resumo que permita uma visualização conjunta dos indicadores e seu relacionamento, sem falar das informações que não foram apresentadas, porque, possivelmente, nem foram levantadas, mas que seriam de suma importância para se ter um bom retrato do compromisso do banco com RSC. ■



**NÚCLEO ORIENTAL DE ESTUDOS E TERAPIAS**  
**NOET**

- FISIOTERAPIA CONVENCIONAL
- PILATES
- RPG (Reeducação Postural Global)
- ACUPUNTURA + AURICULOTERAPIA
- ORTOPIEDIA e REUMATOLOGIA
- SHIATSU • REIKI
- DRENAGEM LINFÁTICA
- MASSAGEM RELAXANTE
- REFLEXOLOGIA PODAL
- IRIDOLOGIA

(diagnóstico através da íris)

- FITOTERAPIA
- CROMOTERAPIA

**Venha conhecer o novo Centro de Fisioterapia e Terapias Alternativas**

**NOSSO PROPÓSITO**  
Um grupo que defende os direitos dos usuários de receberem todo tipo de medicina, principalmente as práticas complementares na área da saúde. Atuamos na área de pesquisas em prol de uma melhor qualidade de vida e saúde. Onde possuímos mais de 20 anos de experiência. Primamos pela conservação e preservação do meio ambiente.

**DESCONTOS ESPECIAIS PARA ECONOMISTAS REGISTRADOS**

**Fisioterapia e Terapias Alternativas**  
Rua Padre Elias Goyareb, 15 sala 707 (próximo ao Tijuca Tênis Clube)

**(21) 2298-2083 • 8876-8973**  
**8124-5710 • 8124-5712**

Apoio:  
**Clinica Phinascer de Fisioterapia**  
Coordenação: Dra. Magnólia Victorino  
Fisioterapeuta e Acupunturista

### Bibliografia

- ABN AMRO REAL (2004), *Valores Humanos e Econômicos*, Juntos. Relatório de Sustentabilidade, 2002.
- ABN AMRO REAL (2005), *Valores Humanos e Econômicos*, Juntos. Relatório de Sustentabilidade, 2003/2004.
- Instituto Ethos (2005-A) Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2004 Disponível em [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br) acessado de 10/07/05
- Instituto Ethos (2005-B) Indicadores Ethos setoriais de Responsabilidade Social Empresarial – setor Financeiro Disponível em [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br) acessado de 10/07/05
- GARCIA, J. (2004) *O Negócio do Social* Jorge Zahar Editor
- Global Reporting Initiative (GRI) (2005) Diretrizes para relatórios de Sustentabilidade 2002 disponível em [www.globalreporting.org](http://www.globalreporting.org) acessado em 11/08/2005
- JANNUZZI, P. (2001) *Indicadores sociais no Brasil – Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações* Alínea Editora
- SUCUPIRA, João. *A responsabilidade social das empresas*. 1999. Disponível em [www.balancosocial.org.br/bib05.html](http://www.balancosocial.org.br/bib05.html).
- TINOCO, J.E.P. *Balanço Social: Uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações*. São Paulo: Atlas, 2001.

\* Economistas.

\*\* Professor da pós-graduação da Ence (IBGE) e da graduação da Unesa-RJ. Correio: paulomibielli@ibge.gov.br

1 The Good Company: A Survey of Corporate Social Responsibility. Encarte da edição de 22 a 28 de janeiro de 2005 da revista The Economist

2 Em 2000, a ONU, a partir da análise dos maiores problemas mundiais, elegeu um conjunto de objetivos e metas a serem cumpridos até 2005, que ficaram conhecidos como metas do milênio.

3 Para a maioria dos casos possivelmente não seria possível construir séries históricas, mas há vários indicadores para os quais pelo menos a informação para 2002 está disponível (no relatório de 2004) e esta não é apresentada.

# É FÁCIL DECORAR. É FÁCIL REFORMAR.

O Banrisul financia para você.



\* Crédito sujeito a aprovação.

## Financiamento Construção & Decoração

Para construir, reformar ou decorar sua casa ou escritório, conte com o Banrisul. Faça um orçamento em qualquer estabelecimento comercial, apresente-o em sua agência e o Banrisul financia\* com prazo alongado e parcelas fixas, incluindo as despesas com a mão-de-obra. Dessa forma, o lojista recebe à vista e você pode negociar um desconto.

[www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br)  
**banrisul**  
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

 Governo do  
Rio Grande do Sul  
ESTADO QUE TRABALHA UNIDO

FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO

# Município credor ou devedor?

**C**ruzamos que o município deve com o quanto se deve ao município, englobando os anos de 2002 a 2005, de acordo com as prestações de contas disponibilizadas.

Desde 2002, o dispêndio da prefeitura com a dívida aumenta a cada ano, tanto de pagamento de juros quanto de amortizações, sendo os juros responsáveis por cerca de 70% do dispêndio, como consequência pelo não pagamento da amortização de 20%, em 2002, da dívida renegociada com a União. Vale observar que em 2005 o pagamento de juros representou 6% da despesa total empenhada. Neste ano, a despesa com Serviços da Dívida se aproximou perigosamente do limite legal de 11,5%, alcançando 10,35% da Receita Corrente Líquida. (tabela 1)

O ano de 2002 finaliza-se com uma dívida consolidada de pouco mais de R\$ 7 bilhões. Em 2003, o município terminou o ano diminuindo sua dívida consolidada em R\$ 61 milhões. No ano seguinte, não continuou sua trajetória e a dívida voltou a subir 785 milhões. No fim de 2005, a dívida voltou a cair R\$ 178 milhões.

Apesar das amortizações serem crescentes, percebe-se a insuficiência desta quando se compara com a evolução das dívidas consolidadas dos respectivos anos.

Até o ano de 2004, o nível de Investimentos se encontrava pouco acima do montante gasto com pagamento de dívida, mudando de rumo no ano seguinte. Em 2005 investiram-se R\$ 174 milhões a menos do que se pagou em juros e amortizações.

Outra questão relevante é o que representa para os cofres municipais a Dívida Ativa – formada por contribuintes em débito, sobretudo de IPTU e ISS. As receitas anuais com Dívida Ativa nos exercícios estudados mostram-se desprezíveis em relação ao montante a ser recebido. Arrecadou-se, em média, 1,05% do montante total até 2004. Em 2005 representou um valor ainda menor. Enquanto o mesmo montante cresceu em média 23% por ano. Em 2002, um saldo de R\$ 7,2

DESPESA	2002	2003	2004	2005
<b>JUROS</b>	382.601	428.926	433.073	476.705
<b>AMORTIZAÇÕES</b>	164.576	207.859	226.645	254.647
<b>Juros + Amortizações</b>	<b>547.177</b>	<b>636.785</b>	<b>659.718</b>	<b>731.352</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	600.947	699.835	724.184	557.165

	2002	2003	2004	2005
<b>Montante da Dívida Ativa</b>	7.190.221	9.137.820	11.022.882	13.376.589
<b>Dívida Consolidada</b>	7.038.189	6.976.704	7.761.500	7.583.917

bilhões; em 2003, R\$ 9,1 bilhão; em 2004, R\$ 11 bilhões; em 2005, chegou à R\$13 bilhões, permanecendo em todos os anos analisados acima do total da dívida consolidada.

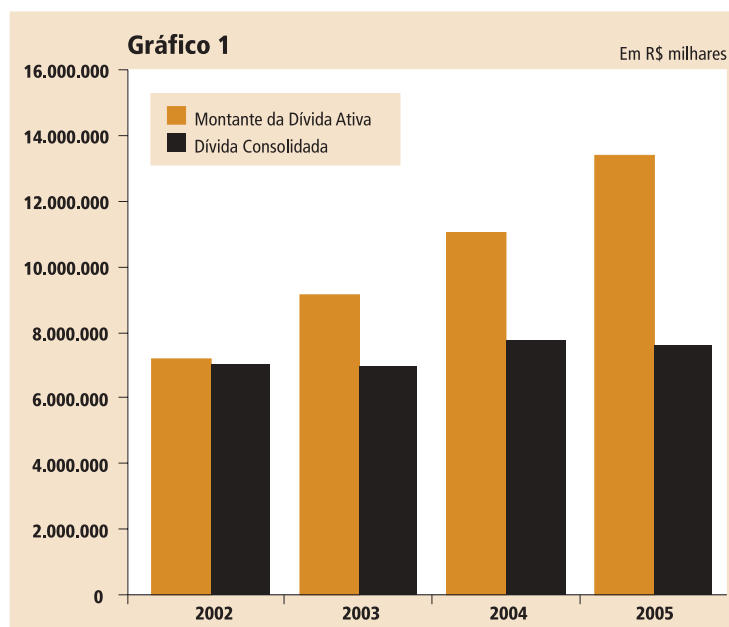
Enfim, o município não consegue arrecadar de seus devedores e nem diminuir o dispêndio com a sua dívida. Resultado: menor nível de investimentos e agravamento da insuficiência dos serviços públicos, sobretudo em educação e saúde. O reflexo de tal desempenho está na recente pesquisa feita pela Confederação Nacional de Municípios, com base em dados oficiais de 2004, quando foi feito um ranking entre os 4.285 municípios pesquisados. O Rio de Janeiro conseguiu as seguintes colocações:

No quesito Gestão (Custeio da Máquina, Legislativo e Esforço de Investimento), o Rio ficou em 1.508ª lugar;

No quesito Fiscal (Endividamento, Suficiência de Caixa e Gasto de Pessoal), o Rio ficou em 3.864ª lugar; e no quesito Social (Gasto e Desempenho em Saúde e E-

ducação), o Rio ficou em 4.259ª lugar.

É interessante observar que a CNM adverte que a “administração municipal vai muito além dos cuidados que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) exige, pois os cuidados que um prefeito deve ter não podem se resumir a superávits primários e à observância de níveis compatíveis de endividamento.” Tal pensamento vai ao encontro do preconizado pelo Fórum Brasil de Orçamento em sua proposta de Lei de Responsabilidade Fiscal e Social – entregue na Câmara dos Deputados na véspera do “aniversário” da LRF, 3 de maio (ver manifesto na edição anterior do JE). ■



As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Coordenação: Conselheira Ruth Espinola Soriano de Mello, Supervisão: Economista Luiz Mario Behnken. Estagiários: Julliana Medeiros e Pedro Gonçalves

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogger.com.br

# Um seminário para pensar o Brasil

Diversas entidades e movimentos sociais iniciaram, em abril, uma série de debates sobre os rumos da política e da economia do país. Os temas desses encontros abrangem preocupações que dizem respeito ao momento e ao futuro do país, itens que estão no foco das atenções do Centro de Estudos para o Desenvolvimento. Nesta edição, publicamos na página três uma versão resumida da conferência do professor Fabio Konder Comparato, proferida na abertura da série de debates. A íntegra pode ser lida no portal dos economistas, na internet: [www.economistas.org.br](http://www.economistas.org.br).

## É A SEGUINTE A PROGRAMAÇÃO DOS PRÓXIMOS DEBATES:

- 18/05/06 "Petróleo e Soberania Nacional" - Engenheiro Fernando Siqueira
- 25/05/06 "Pacto Federativo" - Governador Roberto Requião
- 1/06/06 "Meio-Ambiente" - Ambientalista Jean Marc Van der Weid
- 8/06/06 "Política de Defesa Nacional" - General Luiz Gonzaga Schroeder Lessa
- 29/06/06 "Cultura" - Editor César Benjamin
- 6/07/06 "Reforma Agrária" - Economista João Pedro Stédile
- 13/07/06 "Política de Saúde Pública" - Médico José Noronha
- 20/07/06 "Economia Política do Pleno Emprego"  
- Economista José Carlos de Assis
- 27/07/06 "Setor Elétrico Brasileiro" - Professor Luiz Pinguelli Rosa
- 3/08/06 "Brasil no Contexto Mundial" - Professor José Luiz Fiori
- 10/08/06 "Crescimento Econômico e Soberania"  
- Professor João Paulo Magalhães
- 17/08/06 "Crescimento Econômico e Soberania" - Economista João Sicsú
- 24/08/06 "Crescimento Econômico e Soberania"  
- Economista Reinaldo Gonçalves
- 31/08/06 "Crescimento Econômico e Soberania"  
- Economista Carlos Eduardo Carvalho
- 14/09/06 "Balanço do Ciclo de Palestras"  
- João Paulo Magalhães, Raimundo de Oliveira e Heitor Pereira

## PROGRAMAÇÃO DE CURSOS DO CORECON-RJ PARA 2006

Publicamos a seguir uma relação dos cursos que vêm se desenvolvendo e outros que estão para se iniciar proximamente.

### ECONOMIA BRASILEIRA: EVOLUÇÃO PÓS-REAL E CONTROVÉRSIAS ATUAIS

De 17 de maio a 19 de julho às quartas-feiras – de 18h45 às 21h30 – Curso de 30 horas-aula

Professor Carlos Augusto Vidotto (Professor Adjunto - UFF)

### HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO: GRANDES PENSADORES

De 22 de junho a 24 de agosto – de 18h45 às 21h30 – às quintas-feiras – Curso de 24 horas-aula

Professor André Augusto (Professor Adjunto - UFF)

### CURSO DE MACROECONOMIA

De 27 de junho a 29 de agosto – das 14h30 às 17h – Curso de 30 horas-aula

Professor Carlos Maximiliano Monteiro do Rêgo

### CURSO ANÁLISE DE INVESTIMENTO

Dias 17, 18, 24, 25 e 26 de julho - de 18h45 às 21h30 – Curso de 15 horas-aula

Professor Eduardo de Sá Fortes (UCAM)

Informações e inscrições: [www.economistas.org.br](http://www.economistas.org.br) – Telefones: (21)2103-0118 e 2103-0119